

**CONTRATO Nº81/SMADS/2024**

**PROCESSO: 6024.2022/0008007-1**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 09/SMADS/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO CADUNICO, BDC OU QUALQUER OUTRO BANCO DE DADOS A SER INSTITUÍDO, ABRANGENDO TANTO O CADASTRO QUANTO A SUA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO CADASTRAL, APOIO ADMINISTRATIVO COM SUPORTE TECNOLÓGICO (SOFTWARE E HARDWARE) PARA A GERAÇÃO DE DADOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS, BEM COMO O TRATAMENTO E USO DA BASE DE DADOS DO CADASTRO REALIZADO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.**

**CONTRATANTE: SMADS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**CONTRATADA: AT & SANTOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA**

**VALOR DO CONTRATO: R\$75.671.911,78**

**DOTAÇÃO A SER ONERADA: 93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.37.00.02.1.660.1080**

**93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.37.00.02.2.660.1080**

**93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.39.00.02.2.660.1080**

**NOTA DE EMPENHO: Nº155.730/2024, Nº155.733/2024, Nº155.739/2024**

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, e a AT & SANTOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

O **Município de São Paulo**, por sua Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, neste ato representada pelo Senhor Secretário Adjunto, **DECIO FERNANDO MOREIRA DE MATOS**, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa AT & SANTOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA com sede na Alameda Santos, 647, 15º andar – Cerqueira César, Cidade: São Paulo, 01419-001 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº.10.394.719/0001-08, neste ato representada por seu representante legal DR ADALBERTO TABAJARA DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº. 10.566.062-0 SSP/SP e CPF/MF nº. 011.357.708-75, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da **autorização contida no despacho doc Sei 115777397**, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA**

### **DO OBJETO DO CONTRATO**

**1.1** O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no desenvolvimento de ações de identificação e cadastramento das famílias de baixa renda na cidade de São Paulo no CADÚNICO, BDC ou qualquer outro banco de dados a ser instituído, abrangendo tanto o cadastro quanto a sua atualização e revisão cadastral, apoio administrativo com suporte tecnológico (software e hardware) para a geração de dados de fiscalização e controle de qualidade dos serviços, bem como o tratamento e uso da base de dados do cadastro realizado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**1.1.1** Entende-se como famílias de baixa renda aquelas que estão em situação de pobreza, extrema pobreza ou ainda em situação de vulnerabilidade social com os seus direitos violados.

**1.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, das Especificações Técnicas dos Sistemas de Apoio Tecnológico (Anexo II-A) e da Prova de Conceito (Anexo II-B), todos do Edital que precedeu este ajuste.

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1** A prestação dos serviços será executada conforme disposto no Termo de Referência (Anexo II), nas Especificações Técnicas dos Sistemas de Apoio Tecnológico (Anexo II-A) e na Prova de Conceito (Anexo II-B), partes integrantes do Edital que precedeu este ajuste, de maneira **fixa e volante**, respeitando os limites territoriais do Município de São Paulo, nos seguintes locais:

**2.1.1** Unidades públicas estatais da Prefeitura do Município de São Paulo;

**2.1.2** Unidades da rede parceirizada e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo;

**2.1.3** Unidades públicas estatais do Governo do Estado de São Paulo e da União no Município de São Paulo;

**2.1.4** Unidades móveis (vans, carretas, micro-ônibus, entre outros);

- 2.1.5 Espaços comunitários disponibilizados pela sociedade civil;
- 2.1.6 Outros espaços, desde que pactuado formalmente entre as partes;

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **DO PRAZO CONTRATUAL**

**3.1** O prazo de execução do contrato terá duração de **24 (vinte e quatro) meses, de 10/12/2024 (inclusive) a 09/12/2026**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal 62.100 de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

**3.1.1** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

**3.1.2** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

**3.1.3** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

**3.1.4** Não obstante o prazo estipulado no subitem **3.1**, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

### **CLÁUSULA QUARTA**

#### **DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE**

**4.1** O valor mensal estimado da presente contratação é de **R\$ 3.152.996,32 (três milhões cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos)**, totalizando para o período de **24 (vinte e quatro) meses** o valor de **R\$**

75.671.911,78 (setenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e onze reais e setenta e oito centavos), sendo assim discriminado:

DESCRIÇÃO DO ITEM	DETALHAMENTO DOS QUANTITATIVOS OFERTADOS	QUANTIDADE PREVISTA (MENSAL) (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL (C) = (A x B)	VALOR TOTAL (24 MESES) (D) = (C x 24)
<b>CADASTROS VÁLIDOS (1)</b>	Número de cadastros válidos estimados para a execução do objeto. (69.434 x 24 = 1.666.436) *Conforme item 9.2 do Termo de Referência.	69.434	R\$26,65	R\$1.850.416,10	R\$44.409.986,40
<b>POSTOS DE CADASTRO (2)</b>	Postos de cadastro previstos pela proponente para execução do objeto. (Conforme Anexo I-A do Edital).	347	R\$710,99	R\$246.713,53	R\$5.921.124,72
<b>POSTOS DE SUPERVISÃO (3)</b>	Postos de supervisão previstos pela proponente para execução do objeto. (Conforme Anexo I-A do Edital).	24	R\$5.137,17	R\$123.292,08	R\$2.959.009,92
<b>TRATAMENTO E USO DA BASE DE DADOS (4)</b>	Equipamentos e relatórios previstos no item 6 do Termo de Referência.	1	<b>Não se aplica</b>	R\$123.292,08	R\$2.959.009,92
<b>SISTEMAS DE APOIO TECNOLÓGICO (5)</b>	Sistemas de Apoio Tecnológico (Conforme Anexo II-A do Edital).	1	<b>Não se aplica</b>	R\$123.292,08	R\$2.959.009,92
<b>VALOR TOTAL (E) = (1+2+3+4+5)</b>					<b>R\$59.208.140,88</b>
<b>PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI = Despesas Financeiras + Despesas Administrativas + Lucro Bruto + Tributos sobre o Faturamento)</b>					<b>27,8066%</b>
<b>TOTAL DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI = Despesas Financeiras + Despesas Administrativas + Lucro Bruto + Tributos sobre o Faturamento) (F)</b>					<b>R\$16.463.770,90</b>
<b>VALOR TOTAL COM BDI R\$75.671.911,78 (setenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, novecentos e onze reais e setenta e oito centavos) (G) = (E + F)</b>					

**4.2** Todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, fornecimento de insumos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, benefícios e despesas indiretas, aí incluídas as despesas fiscais e o lucro da empresa, e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto do ajuste objetivado, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida, em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

**4.3** Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nºs 155.730/2024, 155733/2024 e 155739/2024, nos valores de R\$1.031.124,39 (um milhão, trinta e um mil, cento e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos), R\$1.031.124,39 (um milhão, trinta e um mil, cento e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) e R\$249.948,53 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos) respectivamente, onerando as dotações orçamentárias nº 93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.37.00.02.1.660.1080  
93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.37.00.02.2.660.1080  
93.10.08.244.3023.4306.3.3.90.39.00.02.2.660.1080 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

**4.4** Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

**4.4.1** O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.4.1.1.** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.4.1** não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**4.4.1.2.** Os pedidos de repactuação e os de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão analisados no prazo de um mês, observado o procedimento previsto nos artigos 129 a 137 (no caso de repactuação) e 138 a 139 (no caso do reequilíbrio) do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022.

**4.4.2** Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

**4.5** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**4.6** As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**4.7** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência (Anexo II), nas Especificações Técnicas dos Sistemas de Apoio Tecnológico (Anexo II-A) e na Prova de Conceito (Anexo IIB) do Edital da Licitação, que precederam este ajuste e fazem parte integrante do presente instrumento;

- d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo o equipamento de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- h) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- k) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.2** A CONTRATADA deverá atentar para as disposições do Decreto Municipal n. 62.149/2023, em especial, quanto as condições previstas no § 1º, do artigo 68º, no sentido de disponibilizar, para a execução do contrato, o mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho para destinação às pessoas em situação de rua, combinadas com as demais condições para o atendimento das disposições legais.

**5.2.1** Para esta finalidade, destaca-se as previsões legais mais relevantes:

a) A CONTRATADA responsável pela execução dos serviços, logo após a celebração do contrato, deverá informar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, por meio do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), a exata quantidade e o perfil dos postos de trabalho que serão gerados no ajuste firmado, de forma a alimentar banco de vagas específico para pessoas em situação de rua.

b) A CONTRATADA que precisar desligar colaborador contratado com base no Decreto em referência deverá informar o desligamento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, por meio do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE), e solicitar substituição do profissional.

c) A CONTRATADA também poderá realizar a capacitação das pessoas indicadas pela Prefeitura.

**5.3** A CONTRATADA declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, bem como para aprendiz.

**5.4** A CONTRATADA declara que garantirá sigilo absoluto das informações prestadas pelas famílias entrevistadas, cadastradas ou com revisão de cadastro, bem como em todas as etapas de prestação dos serviços, com atenção especial a Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1** O prazo para início da prestação dos serviços contratados será de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência (Anexo II), nas Especificações Técnicas dos Sistemas de Apoio Tecnológico (Anexo II-A) e na Prova de Conceito (Anexo II-B), partes integrantes do Edital que precedeu este ajuste, cabendo-lhe especialmente:



- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tangea mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada e efetivando avaliação periódica;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(eis) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022;
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a

substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

**7.2** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

**7.3** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital da licitação e neste contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA DO PAGAMENTO**

**8.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

**8.1.1** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**8.1.2** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

**8.2** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

**8.2.1** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do

Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.

**8.2.2** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

**8.3** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

**8.4** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- f) Folha de Medição dos Serviços;
- g) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
- h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
- i) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- j) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- k) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;

**l)** Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;

**m)** Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.

**8.4.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**8.5** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

**8.6** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem **8.4**, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

**8.7** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no Diário Oficial da Cidade - DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

**8.8** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

**8.9** Cada um dos itens que compõem o custo final dos serviços prestados será medido de acordo com a tabela abaixo (conforme consta TR, item 10.2) e terá os seguintes pesos e/ou observações para fins de medição e pagamento dos serviços:

Descrição do Item	Detalhamento	Quantidade Prevista e/ou Item Entregue	Valor Unitário e/ou do Item	Quantidade Medida	Valor a ser pago no mês	Peso/ Observações
Cadastros Válidos	Número de cadastros válidos realizados no mês e verificados	69.434	R\$ 26,65	XX.XXX	Será o resultado da multiplicação entre a Quantidade Medida x	Será pago o número de cadastro válidos realizados no mês, limitado a

	pe- lo con- tra- tan- te.				Valor Unitário	15% acima do con- tra- ta- do men- sal- men- te.
Postos de Cadastro	Postos de cadastro prestando serviço no mês, considerando o que foi proposto pela empresa vencedora.	347	R\$ 710,99	Soma do número de postos de cadastro atuando por dia (quantidade verificada) / número de dias úteis do mês.	Quantidade medida / Quantidade Prevista. Caso o resultado desta razão seja maior ou igual a 0,90, será pago o valor total do item.	Este item deve compor 10% do valor mensal do contrato. Para fins de pagamento deste item, a quantidade mínima verificada deverá ser maior ou igual a 90% do proposto pela empresa vencedora.
Postos de Supervisão	Postos de supervisão prestando serviço no mês, considerando o que foi proposto pela empresa vencedora.	24	R\$ 5.137,17	Soma do número de postos de supervisão por dia (quantidade verificada) / número de dias úteis do mês.	Quantidade medida / Quantidade Prevista. Caso o resultado desta razão seja maior ou igual a 0,90, será pago o valor total do item.	Este item deve compor 5% do valor mensal do contrato. Para fins de pagamento deste item, a quantidade mínima verificada deverá ser maior ou igual a 90% do

						proposto pela empresa vencedora.
Tratamento e Uso da Base de Dados	Entrega dos equipamentos e relatórios previstos no item 6 do TR.	Sim (1) ou não (0)	R\$ 123.292,08	Verificação da entrega dos itens pelo fiscal do contrato (1 ou 0).	Quantidade Medida x Valor do Item.	Este item deve compor 5% do valor mensal contratado. Caso a multiplicação seja igual a 0 o item não será pago.
Sistemas de Apoio Tecnológico	Entrega dos Sistemas de Apoio Tecnológico de acordo com o ANEXO II-A do Edital.	Sim (1) ou não (0)	R\$123.292,08	Verificação da entrega dos itens pelo fiscal do contrato (1 ou 0).	Quantidade Medida x Valor Unitário	Este item deve compor 5% do valor mensal contratado. Caso a multiplicação seja igual a 0 o item não será pago.
<b>TOTAL</b>			Não se aplica		<b>100%</b>	<b>100%</b>

Parágrafo único. O valor final a ser pago no mês será a soma do verificado em cada um dos itens acima, respeitando a fórmula de cálculo de cada um deles.

#### CLÁUSULA NONA

##### DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

**9.1** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015, Lei Municipal nº 13.278/2002 e da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

**9.2** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/2021.

**9.3** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

**9.4** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**9.5** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**9.6** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**9.6.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**10.1** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II e Anexo II-A do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele fazem parte integrante para todos os fins.

**10.2** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela Contratante, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Oitava.

**10.2.1** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**10.3** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

**10.4** O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram

prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

**10.5** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

**10.5.1** O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II e Anexo II-A, verificadas posteriormente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

### **DAS PENALIDADES**

**11.1** Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 11.3, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**11.1.1** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.1.2** A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item **11.1**, estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.



**Tabela 1**

<b>GRAU DA INFRAÇÃO</b>	<b>PONTOS DA INFRAÇÃO</b>
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

**11.1.2.1** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.

**11.2** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

**11.3** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

**11.3.1** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias contados da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

**11.3.1.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da Contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**11.3.2** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**11.3.3** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**11.3.4** Além das penalidades pecuniárias acima, quando do descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará as penalidades conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

(A dimensão das sanções poderá ser fixada em valores preestabelecidos ou em percentual do valor diário, mensal ou anual do contrato.)

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada

6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência

19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
20	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
21	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos.	1	Por empregado e por dia
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
23	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
26	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	4	Por ocorrência
27	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia

28	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia
29	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
31	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
32	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
33	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema predial.	4	Por ocorrência
34	Cumprir o programa periódico de manutenção preventiva determinada em contrato.	3	Por item e por ocorrência

**11.3.6.1** A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

**11.3.7** Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à Contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não

executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

**11.3.8** Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item 3.1.1 deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a)** 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b)** 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c)** 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

**11.3.8.1** A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 11.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

**11.4** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**11.4.1** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

**11.4.2** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

**11.4.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**11.4.4** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

**11.5** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

**11.6.1** No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto Municipal nº 51.714/2010.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **DA GARANTIA**

**12.1** Para execução deste contrato, será prestada garantia **no valor de R\$3.783.595,59 (três milhões, setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, correspondente ao importe de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total estimado do contrato, sob a **modalidade seguro garantia**, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o quanto disposto nas Portarias SF nº 76/2019 e 84/2023.

**12.1.1** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a Contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

**12.1.1.1** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula **11** deste documento.

**12.1.2** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à licitante Contratada.

**12.1.3** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

**12.1.4** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias (**considerar o prazo necessário entre o término da execução contratual e o tempo necessário para o Recebimento Definitivo**), além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**13.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE: Rua Líbero Badaró, 425, 35º Andar, Centro, São Paulo – SP (CEP 01009-000)**

**CONTRATADA: Alameda Santos, 647 – 15º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP**

**13.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**13.4** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

**13.5** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras Contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.



**13.6** A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item **15.2** do edital que precedeu este ajuste.

**13.8** São parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da Contratada e a ata da sessão pública do pregão, DOC SEI106130788, 111862953, 115692207, **processo administrativo nº 6024.2022/0008007-1.**

**13.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão ao Decreto Municipal nº 62.100/2022, Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

**13.10** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**DO FORO**

**14.1** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judiciário oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, 10 de dezembro de 2024

Prefeitura do Município de São Paulo

**DÉCIO FERNANDO MOREIRA DE MATOS**

**Secretário Adjunto Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**

ADALBERTO  
TABAJARA DOS  
SANTOS:01135770875

Assinado de forma digital por ADALBERTO  
TABAJARA DOS SANTOS:01135770875  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial,  
ou=01554285000175, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,  
ou=(em branco), cn=ADALBERTO TABAJARA  
DOS SANTOS:01135770875  
Dados: 2024.12.10 11:20:53 -03'00'

**ADALBERTO TABAJARA DOS SANTOS**

**At & Santos Consultoria e Serviços LTDA**

**TESTEMUNHAS:**

**Alex Seiki Shimada**  
RF 883.345-1

RF. 796.378-5